



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007465-04.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**  
Requerente: **Cleber Lima Pereira**  
Requerido: **BANCO DO BRASIL SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que ao se dirigir à agência do réu situada neste Fórum para fazer o levantamento de importância em dinheiro relativa a processo que especificou, correspondente a R\$ 5.126,85, foi informado por um funcionário que por determinação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aquele valor não poderia ser sacado em espécie e sim por meio de TED ou depósito em conta-poupança a ser aberta.

Alegou ainda que como não tinha interesse em abrir conta junto ao réu optou por receber o montante mediante TED encaminhada à conta que possui perante a Caixa Econômica Federal.

Salientou que na operação lhe foram cobrados R\$ 17,00, cuja restituição postula porque isso não se deu por sua vontade.

A situação trazida à colação é disciplinada pelo Provimento CSM nº 1930/2011 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ele alterou as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo em seus subitens 11.2 (estipulou que o saque de depósito judicial em moeda corrente não poderia superar o valor de R\$ 4.999,00), 11.3 (determinou que em caso de valor superior ao indicado a liquidação se faria por TED para conta bancária da parte beneficiada ou de seu advogado) e 11.4 (previu que na hipótese do interessado não ser titular de conta a quantia poderia ser transferida a conta-poupança que seria aberta em favor do interessado **sem nenhum ônus**).

Atualmente, essas disposições constam do art. 1.116, §§ 2º, 3º e 4º das Normas de Serviço já revisadas.

Assentadas essas premissas, reputo que não assiste razão ao autor.

Isso porque o regramento adotado tem por objetivo evitar indesejáveis situações de risco que estariam patenteadas se houvesse levantamento de importâncias sem qualquer limitação, como claramente se percebe pela violência que assola o nosso cotidiano.

É relevante notar, de outro lado, que se estivesse ausente o interesse pela alternativa da transferência via TED, como aqui se noticiou, o autor poderia optar pela abertura de conta-poupança sem nenhum ônus, movimentando-a posteriormente de acordo com sua conveniência.

Conclui-se, bem por isso, que ao decidir realizar o levantamento da forma efetuada ele se sujeitou à cobrança da tarifa concernente ao "recebimento/envio DOC/TED", como se vê a fl. 53.

A conjugação desses elementos conduz à certeza de que a hipótese vertente não se ressentiu de nenhuma irregularidade, bem como à convicção de que o autor tinha meios para não submeter-se ao valor aqui impugnado.

Se não o fez, agora carece de amparo para pleitear a devolução do que lhe foi devidamente cobrado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 17 de agosto de 2017.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--